

Angelita Borba de Souza 

Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade
Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
angelitasouza@univille.br

Ilanil Coelho 

Pós Doutora em Ciências Humanas
Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
ilanilcoelho@gmail.com

AQUI JAZ UM CEMITÉRIO: A TRANSFERÊNCIA E O ABANDONO DO ANTIGO CEMITÉRIO DA LAGOA DE BARRA VELHA, SANTA CATARINA

Resumo

Pretende-se refletir acerca da transferência do antigo Cemitério da Lagoa, em Barra Velha, SC, que aconteceu no ano de 1929, buscando trazer contribuições a respeito dos motivos que impulsionaram a sua substituição por um novo espaço cemiterial e seu gradual abandono ao longo da segunda metade do século XX. Destacando-o como lugar ainda portador de referência de memórias de luto de grupos ribeirinhos, objetiva-se discutir a respeito da sua mudança do ponto de vista do patrimônio cultural funerário barra-velhense, de seus rituais funerários peculiares e do abandono deste lugar que atualmente está completamente tomado pela vegetação. Por meio de pesquisa qualitativa, busca-se levantar informações acerca da história deste espaço de dor, que recebeu os corpos de vítimas de surtos e doenças que atingiram a região durante os séculos XVIII, XIX e XX e que pode estar entre os primeiros cemitérios localizados no Litoral Norte de Santa Catarina.

Palavras-chave: Cemitério da Lagoa; Rituais de morte; Patrimônio difícil.

HERE LIES A CEMETERY: THE TRANSFER AND ABANDONMENT OF THE OLD LAGOA CEMETERY IN BARRA VELHA, SANTA CATARINA

Abstract

The aim is to reflect on the transfer of the old Cemitério da Lagoa in Barra Velha, SC, which took place in 1929, seeking to provide insights into the reasons that led to its replacement by a new burial ground and its gradual abandonment throughout the second half of the 20th century. Identifying it as a place still bearing references to the mourning memories of riverside communities, the aim is to discuss its transformation from the perspective of Barra Velha's cultural funeral heritage, its peculiar funeral rituals, and the abandonment of this place, which is now completely overtaken by vegetation. Through qualitative research, we seek to gather information about the history of this space of pain, which received the bodies of victims of outbreaks and diseases that affected the region during the 18th, 19th, and 20th centuries and may be among the first cemeteries located on the North Coast of Santa Catarina.

Keywords: Cemitério da Lagoa; Death rituals; Places of pain and shame.

INTRODUÇÃO

Este artigo¹ propõe discutir a transferência do antigo Cemitério da Lagoa, localizado na cidade de Barra Velha, em Santa Catarina, destacando-o como um patrimônio cultural funerário impactado pelo planejamento urbano e pela especulação imobiliária locais desde a segunda metade do século XX e como uma espécie de partícipe dos dramas e cotidianos dos habitantes daquela região, que suportou enterramentos de centenas de pessoas acometidas por surtos e doenças contagiosas em circulação, em Santa Catarina, durante os séculos XVIII, XIX e XX.

Transferido oficialmente em 1929, é possível que o antigo Cemitério da Lagoa esteja entre os campos-santos mais antigos do Litoral Norte, em Santa Catarina, tendo recebido corpos desde o século XVIII até a primeira metade do século XX. A sua localização respondia às ideias de isolamento e distância propostas por médicos e higienistas. Porém, não cumpria o quesito de enterros rápidos, uma vez que seu acesso ocorria apenas por barcos movimentados braçalmente por pescadores e participantes do cortejo, que precisavam remar por aproximadamente 4 quilômetros (do início da lagoa até o cemitério) para conseguir enterrar seus mortos.

Os mortos e o processo do morrer, estudados pela medicina, passaram a representar perigo aos vivos já no decorrer do século XVIII. Teorias dos miasmas e, posteriormente, a tese microbiana impactaram a maneira como se enterrava na Europa e no Brasil. De acordo com Reis (1991), à época, os velórios e os cortejos fúnebres passaram por transformações que os alçaram à categoria de disseminadores de doenças e, portanto, inimigos que deveriam ser evitados e afastados. O mesmo deveria ocorrer nas cerimônias fúnebres, que precisariam ser agilizadas a fim de evitar o contágio e a proliferação de doenças.

¹ Este artigo tem base nas leituras e discussões realizadas no durante o Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e atualizações realizadas no desenvolvimento da pesquisa de doutoramento intitulada Patrimônio Cultural Funerário: rituais de morte em tempos de Covid-19, junto ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade sob a orientação da Professora Dra. Ilanil Coelho, e apoio da CAPES. Resulta também de um conjunto de discussões e estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa Cidade Cultura e Diferença vinculado a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). As leituras e discussões desenvolvidas durante o Mestrado contaram também com a participação, orientação e apoio do professor Dr. Euler Renato Westphal.

Para Rodrigues (1983), o controle da morte se transformava em objeto e objetivo científico dos homens de ciência e a sociedade deveria esperar destes o que anteriormente se aguardava da religião e da magia. Os mortos, agora, se tornam problemáticos, a morte é escamoteada, escondida e dissimulada (Ariès, 2012), os doentes são empecilhos para as famílias que delegam seus cuidados a terceiros, escondem a real situação de saúde dos moribundos que muitas vezes morrem na ignorância do que lhes afeta verdadeiramente (Elias, 2001).

Apresentando rituais longos e difíceis, a transferência do antigo Cemitério da Lagoa para outro local de fácil acesso parece óbvio, porém, mais de 20 anos após a substituição, ainda foram encontrados registros de enterros no antigo campo santo. Somente na segunda metade do século XX é que cessaram os registros de enterros nas margens da lagoa.

Neste artigo, concebe-se o patrimônio cultural funerário, em sua amplitude material e imaterial, que incorpora, além dos elementos relacionados aos cemitérios, também os lugares de atividades e ritos como a preparação do corpo e os velórios, os cortejos, as celebrações pela passagem de datas como Dia de Finados, os lugares de morte, os acervos pessoais e de empresas funerárias (Castro, 2017). Além de patrimônio cultural funerário, também estão presentes neste trabalho o conceito de patrimônio difícil, entendido como aquele que situa experiências de traumas e que, por isso, é frequentemente invisibilizado e negligenciado por diferentes setores da sociedade (Meneguello; Borges, 2018). Junto ao antigo Cemitério da Lagoa, em Barra Velha, destacamos também o Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro, como exemplo de espaço ligado a memórias difíceis.

As memórias trazidas pela descoberta do cemitério no Rio de Janeiro são dolorosas, de sofrimento extremo, mas que se transformam em exemplos de reparação. Homens e mulheres arrastados para o Brasil de maneira compulsória tinham suas religiosidades, seus corpos e suas tradições desrespeitadas mais uma vez quando morriam à beira do cais do Rio de Janeiro. O cemitério dos Pretos Novos, que materializou o terror a que estes grupos humanos eram submetidos, passou por apagamentos, pois seus vestígios eram dissonantes em relação às narrativas produzidas (Borges, 2018).

O chamado patrimônio difícil é assim reconhecido, porque ao ser colocado em cena, exige reparação e visibilidade. Para este trabalho, organizado em três partes, o conceito de patrimônio difícil, embora polissêmico, é referência para a problematização histórica do antigo Cemitério da Lagoa - um patrimônio funerário abandonado.

Na primeira parte, o local será historicizado, problematizando suas funções e práticas durante os séculos XVIII e XIX diante da epidemia de câmara de sangue presente na localidade. Na segunda, busca-se discutir o contexto em que ocorreu formalmente a transferência para o novo espaço, no início do século XX. Em seguida a proposta é entender a função do ritual fúnebre em diferentes comunidades. Na parte central do texto a ideia é problematizar a transferência do cemitério, as resistências verificadas e as novas funções da paisagem litorânea operada no decorrer do século XX em Barra Velha. A chegada da especulação imobiliária, que juntamente com administradores públicos, operaram para transformar a faixa litorânea em mercadoria e desta maneira trabalharam para a destruição do antigo Cemitério da Lagoa concluem a parte central do texto. Para concluir, retomamos os rituais fúnebres a luz do conceito de patrimônio difícil e buscamos refletir as possibilidades de reparação e a potência que pode surgir diante da dor e das tentativas de apagamento. Para estas reflexões foram utilizadas referências bibliográficas e documental, registros de óbito de igrejas católicas da região, jornais impressos e digitalizados, blogs e sites.

A Câmara de Sangue

A Freguesia do Glorioso São Pedro D'Alcântara da Barra Velha, localizada no Litoral Norte de Santa Catarina, foi distrito de Parati – atual cidade de Araquari – até 1961, quando se emancipou com o nome Barra Velha. Tanto Parati quanto Barra Velha estavam ligadas a São Francisco do Sul – conhecida como a primeira povoação de Santa Catarina. Na Freguesia de Barra Velha – como ficou popularmente conhecida – a pesca e a agricultura eram as atividades que produziam a subsistência da população.

A lagoa, localizada na área central da cidade, se estende por quilômetros – formando uma península – até encontrar o mar e o Rio Itapocu, em local conhecido por Boca da Barra. Em períodos de mar agitado, é possível presenciar as ondas ultrapassarem as areias da praia e invadir as águas da lagoa. Auguste Saint-Hilaire, em passagem pela região nos primeiros anos do

século XIX, destacou que “essa lagoa, de mais de uma légua de extensão, segue paralelamente ao oceano, do qual é separada apenas por uma língua de terra” (Saint-Hilaire, 1978, p. 158). A lagoa é lugar importante, quando se trata de enterramentos em Barra Velha nos séculos XVIII, XIX e início do XX, porque é na margem oposta à praia que se encontra o local de sepultamento dos seus primeiros habitantes – o Cemitério da Lagoa.

Benzimentos e curandeirismo floresciam na região de Barra Velha. Atendimento médico realizado por cirurgiões formados era raridade tanto nos locais maiores e que concentravam mais comércio, como São Francisco e Desterro (Florianópolis, Santa Catarina, Brasil), quanto nos pequenos vilarejos, o que contribuía para que pessoas da comunidade com certas habilidades fossem chamadas em casos de enfermidade. “Doutores – formados em Coimbra – eram raros no Brasil” (Pereira, 2004, p. 135); portanto, quanto mais isolada a região, mais precário o tratamento e quanto mais grave a doença, mais letal seu resultado.

Diante da precariedade e distâncias percorridas para encontrar tratamento ou atendimento mais específico, doenças que hoje são facilmente tratadas e curadas eram verdadeiras sentenças de morte. Muito frequentemente, notícias sobre enfermidades ligadas à febre intermitente, volvo (torção de uma parte do intestino), varíola, febre amarela, eram relatadas na região de Barra Velha no decorrer do século XIX (Pereira, 2004). Frente a doença esses moradores contavam com benzedeadas, curandeiros e orações.

Todavia, a precariedade não está presente apenas na região de Santa Catarina durante o século XIX e princípio do XX, outras localidades brasileiras sofreram com epidemias severas e com a inoperância da saúde pública que, em ações descoordenadas, negavam ou pouco recurso destinavam ao atendimento da população. Conforme Schwarcz e Starling (2020), o Brasil sofreu com muitas enfermidades nas primeiras décadas do século XX e inexistia uma ação nacional voltada permanentemente ao campo da saúde pública, o que contribuía para que a expectativa de vida no país fosse de 33 anos. Epidemias como a gripe espanhola grassavam por todo o território nacional, chegando de navio e se espalhando de porto em porto, impactaram o Brasil do início do século XX por falta de ações conjuntas e pela negação de sua gravidade. A passagem da gripe espanhola pelo país no início do século passado deixou 35 mil mortos para uma população de quase 1 milhão de habitantes.

Neste cenário de doenças, epidemias e surtos é que surge o antigo Cemitério da Lagoa, em Barra Velha. Publicações referentes aos séculos XVIII e XIX identificam problemas de saúde que são solucionados com o envio de cirurgiões e imposição de uma espécie de quarentena aos moradores.

[...] surto de câmara de sangue² identificado em Barra Velha em 1731, em que o procurador da Câmara de São Francisco requereu providências, a fim de que fosse proibida a entrada na vila de pessoas daquela procedência (Pereira, 2004, p.140).

São Francisco do Sul era a referência para compra e venda de suprimentos, resoluções de problemas ou acesso às notícias, e a ação de proibir a entrada de pessoas provenientes da Freguesia de Barra Velha impactou a vida dos moradores. Jornais como *Gazeta de Joinville* e *A Regeneração*, que circulavam no século XIX, em Santa Catarina, destacavam preocupação com a população doente, com a reputação insalubre da região e com a presença da câmara de sangue, solicitando medidas das províncias e envio de auxílio.

Temos dito, e não cessamos de repetir: a maior barreira levantada contra o progresso de um paiz(sic) é a reputação de insalubridade. Consequentemente nenhum serviço mais valioso podem prestar os governos providentes e patrióticos do que tomando providencias sérias e empregando meios efficazes(sic), com o fim de destruir todas as causas de insalubridade, tanto naturaes(sic) como artificiaes(sic) (Gazeta de Joinville, Anno 1 nº26 de 26/03/1878).

Segue hoje no Vapor São Lourenço, o dr. Pedro Gomes de Argollo Ferrão afim de prestar os socorros de sua profissão aos indigentes atacados da epidemia de camaras(sic) de sangue, que se manifestou na freguezia(sic) da Barra Velha (A Regeneração, Anno X, nº946 de 03/03/1878).

Desenvolvendo-se no norte da província as epidemias de camara(sic) de sangue e febre amarella(sic), que assolou sobretudo a infeliz população de S. Francisco, S. Ex. não vacillou(sic) no emprego prompto(sic) e energico(sic) de todos os meios tendentes a debellar(sic) o mal, nem poupou auxílios nem socorros de todo o genero(sic) as localidades victimadas(sic). (A Regeneração, Anno X, nº964 de 09/05/1878).

A chamada câmara de sangue que vitimava pessoas de Barra Velha, no início do século XVIII, ocorreu na região até o final do século XIX, conforme o noticiário acima. O deslocamento de autoridades sanitárias, como o médico Pedro Gomes de Argollo Ferrão, demonstra a ausência de atendimento regular na região e nos leva a concluir que a enfermidade era persistente e que muitos

² Câmara de Sangue é identificada, atualmente, pela medicina como uma diarreia hemorrágica severa e esteve presente em outras regiões do Brasil. Também conhecida como dysenteria consistia em evacuações frequentes misturadas com sangue. Foi uma das causas mais comuns de mortes na capital paraibana durante parte da década de 1860 e quando grassou epidemicamente em 1864, fez vítimas principalmente entre as crianças e continuou vitimando a população nos dois anos seguintes (Souza Junior, 2024, p. 63).

infectados por câmara de sangue ou outras moléstias, morreram sem o socorro necessário, sem diagnóstico ou tratamento adequado.

O Cemitério da Lagoa recebeu os corpos dos habitantes de Barra Velha, Distritos vizinhos e da região ribeirinha ao Rio Itapocu desde o século XVIII. Em pesquisa no site Family Search, foi encontrado o registro de óbito de Mariana (moradora do Distrito de Nossa Senhora da Penha) de apenas 1 ano de idade que ocorreu em 10 de dezembro de 1800³ e que teve seu túmulo edificado no antigo Cemitério da Lagoa. Tanto Mariana quanto outras pessoas sepultadas no local precisavam ser transportadas de barco até o cemitério, já que não havia acesso por estradas. A lagoa se estendia por quilômetros desde o Centro da Freguesia até encontrar o Rio Itapocu e o mar, e o antigo cemitério, que ficava a aproximadamente quatro quilômetros do Centro da Freguesia, era o ponto final para o difícil cortejo que exigia braços fortes daqueles que se aventuravam a acompanhar o morto até sua última morada.

Descanso em paz na beira mar

A descrição “Cemitério da Lagoa” tem origem entre os moradores mais idosos de Barra Velha e se perpetua até os dias atuais por meio das memórias e narrativas contadas e recontadas sobre os tempos em que os enterros eram realizados naquele local. Não foram encontradas evidências sobre a inauguração do espaço cemiterial, assim como também não se tem o número exato de pessoas enterradas no local. Os registros de sepultamentos encontrados nos livros de óbito das paróquias das igrejas católicas nas cidades de Penha, Araquari e São Francisco do Sul encontram-se bastante danificados pela ação do tempo, existem manchas em muitas páginas, livros avariados severamente, além da grafia que também dificulta o entendimento dos registros.

O registro mais antigo de sepultamento “no velho cemitério de Barra Velha, foi em primeiro de janeiro de 1791” (Boer, 1992, p. 17); entretanto, o surto de câmara de sangue ocorreu no início do século XVIII, portanto, existe a hipótese de que o Cemitério da Lagoa seja ainda mais antigo do que o destacado por Boer (1992). É possível que a “[...] origem e localização num lugar ermo e afastado aonde só se chegava de canoa possa estar relacionado ao surto de

³ Para mais informações ver: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-SWD6?view=index&cc=2177296&lang=pt&groupId=M9S4-8PS>. Acesso em 25 de maio de 2025.

câmara de sangue que ocorreu em Barra Velha em maio de 1731” (Fagundes, 2014, p.54). Portanto, o Cemitério da Lagoa pode estar entre os espaços cemiteriais mais antigos do Litoral Norte de Santa Catarina.

Informações acerca de enterros ocorridos no local nas décadas de 1930, 1940 e 1950 são encontradas nos livros de registros digitalizados e postados no *site FamilySearch*, mas também podem ser encontradas nas memórias e histórias contadas por antigos moradores. Como nas memórias do Sr. Hélio Ramos Alvim, que durante a década de 1990 escreveu para o jornal já extinto – Tribuna da Cidade – descrevendo sua infância e aventuras vividas com a família e amigos nas férias de verão, em Barra Velha. Dentre seus diversos artigos, Sr. Alvim descreveu um cortejo fúnebre do qual participou durante suas férias escolares em 1938.

A lagoa, que na atualidade não oferece condições favoráveis à prática esportiva e pesca, até as décadas de 1960/1970 era o lugar em que pescadores buscavam sua subsistência e com facilidade capturavam grandes quantidades de peixes e outros crustáceos. Pescadores moradores de Barra Velha que buscavam nas águas calmas da lagoa o sustento de suas famílias também eram os responsáveis por parte do ritual de morte da localidade.

Participar de um cortejo fúnebre, em Barra Velha, até o início do século XX, pode ser considerada uma experiência única. Visto que o acesso ao antigo Cemitério da Lagoa era impossível por terra, a única maneira de levar o corpo dos falecidos e o cortejo fúnebre até o local era por canoas. O trajeto era percorrido em meio a orações, cantorias, velas, choro e lamentações, a bordo de canoas colocadas à disposição das famílias enlutadas pelos pescadores. O clima triste e, em muitos casos, de desespero, tinha como paisagem a lagoa com sua vegetação nativa e suas águas límpidas, o cheiro da maresia e o som das ondas quebrando na praia.

O ritual do enterramento, ocasião importante para a comunidade e para os enlutados, pode apresentar diferentes configurações, dependendo da organização da sociedade em questão. Caminhos distintos levam ao mesmo objetivo: o de depositar o corpo sem vida em local digno e confortar os familiares e amigos. Em Barra Velha, a solidariedade era essencial durante o cortejo fúnebre que somente poderia ocorrer por meio das canoas, os instrumentos de trabalho dos pescadores. Estes, com frequência, acompanhavam as famílias, pois é necessária muita habilidade para manter a

canoa equilibrada, movimentá-la frente aos ventos que sopram do mar e muita força para remar. Equilibrar o caixão e os enlutados não era tarefa simples e os pescadores não entregavam o instrumento do seu trabalho – o barco – para pessoas sem conhecimento dos segredos das águas. Diversas histórias de cortejos fúnebres permeiam o imaginário da cidade. Entre pescadores, muitas histórias são relatadas e auxiliam na percepção de que o cortejo fúnebre, em Barra Velha, era um evento impensado em outras realidades, principalmente quando o defunto era grande demais e precisava ser equilibrado entre duas canoas.

O caixão de madeira fina e coberto com pano negro foi amarrado transversalmente sobre duas canoas cuidadosamente arrastadas para água. Embarcaram os remadores. A seguir outras canoas carregadas de gente chorando, uma rezando e outros com velas na mão rumaram em demanda do cemitério. Entoando cânticos que penetravam na alma e irradiavam a tristeza dos acompanhantes. Assim, seguimos até o campo santo localizado adiante do estreito da lagoa conhecido como o estreito do vale do lado esquerdo do continente [...], os remadores retiraram o caixão das canoas e o levaram para uma cova [...] (Hélio Ramos Alvim, 02/05/1997, para o Jornal Tribuna da Cidade de Barra Velha).

Como se pode verificar a partir das memórias do Sr. Alvim que narra um cortejo no ano de 1938, a presença do pescador no momento do cortejo era condição primeira para que o morto chegasse à sua última morada. Além da importância no momento do enterro, esses trabalhadores do mar também possibilitavam a visita ao túmulo posteriormente ao enterro e durante as celebrações do Dia dos Finados. Ele era o condutor de todo o ritual e, na sua falta, o enterro se tornava um evento ainda mais difícil devido à localização do cemitério praticamente em frente à praia e exposto às mudanças de ventos que poderiam tornar o trajeto do cortejo e enterro ainda mais longos e desafiadores. A impossibilidade de o cortejo atingir o cemitério por estradas oferecia mais um obstáculo – a abertura da cova – familiares e amigos do defunto precisavam produzir a cova assim que os barcos chegavam ao destino.

A chuva também atrapalhava os momentos finais do cortejo e acrescentava mais uma camada de dor aos enlutados. Por se localizar às margens de uma grande lagoa, era comum aparecer água no fundo da cova na hora da sua abertura. E, além da água no fundo, com muita chuva, era comum que as laterais da cova desmoronassem dificultando ainda mais os momentos finais do cortejo e o depósito do corpo no local.

Pelas águas da Lagoa de Barra Velha, deslizava o barco – ou os barcos – retornando do enterro. O sol que tocava a água refletia no rosto triste dos

familiares que, imersos em profundos pensamentos, lembravam os momentos alegres junto ente recém enterrado. Durante o trajeto, o silêncio que envolvia o cortejo era rompido apenas pelo som das ondas quebrando na praia e do remo cortando as águas ao movimentar o barco.

Todas as dificuldades apresentadas para que o sepultamento efetivamente ocorresse, em Barra Velha, não impediam que moradores desejassem ser enterrados no Cemitério da Lagoa e, muito menos, que deixassem de visitá-lo em datas especiais. O local sinaliza a presença da ausência, a sepultura – extremamente simples e em sua maioria montes de areia com cruzeiros, indicando data de nascimento, data da morte e nome do defunto – recebia flores, velas e orações em datas importantes para os familiares do agora ausente. O túmulo é a prova material da passagem das pessoas pela vida, local de honrar os mortos, de ritualizar e por isso, ocupa lugar de destaque entre as populações.

Não há morte sem rito

Viver socialmente é passar, passar é ritualizar (Gennep, 2013). Os ritos de passagem têm o objetivo de demarcar etapas, de sublinhar acontecimentos, de dar espaço para a abertura a novos ciclos que somente se estabelecem a partir do fechamento de outros. Cerimônias rituais estão presentes em todos os agrupamentos humanos e, com grande frequência – assim como acontece nos ritos de morte –, são relacionadas com “crises sociais” que se abatem sobre as pessoas (Turner, 2013, p.26), ou seja, aparecem em momentos de conflitos.

Crises agudas e alterações abruptas exigem o reposicionamento social e reequilíbrio atingidos por meio de processos de reposicionamento, ou seja, processos rituais que auxiliam na passagem do velho ciclo ao novo. Auxiliando na reorganização dos papéis sociais e protegendo os atingidos pela crise, os rituais determinam o tempo da separação, de margem e o momento da reintegração (Gennep, 2013) ao grupo para o recomeço. Sem fórmula pronta, as crises podem apresentar e exigir tempos diferenciados dependendo do contexto, e entre os enlutados, a reintegração pode demorar décadas ou nunca acontecer.

Tendo como destinatário os vivos, os rituais atuam tanto individualmente quanto coletivamente, e sua função fundamental é de ordem da terapia solidária, ou seja, atuam para tranquilizar, desculpabilizar, reconfortar e revitalizar (Gonçalves, 2001). É um sinal de esperança e do apoio social e em Barra Velha

dos séculos XVIII, XIX e início do XX pode ser visualizado no compromisso dos grupos sociais em acompanhar os familiares ao campo-santo, remando quilômetros e enfrentando os ventos e a maré enquanto equilibravam o caixão. O processo ritual vivenciado reforçava os laços comunitários e acolhia os enlutados que – dependendo do tamanho da família – enfrentariam muita dificuldade para enterrar seus amados. O abandono experimentado diante do surto de câmara de sangue e outras doenças que atingiram a Freguesia de Barra Velha não era experimentado diante do ritual fúnebre que era vivenciado em comunidade, aliás, o ritual não aconteceria sem o auxílio de amigos, conhecidos e familiares.

Ritos de morte comunicam, apaziguam e buscam abrandar o caos que se instalou no grupo social do qual o agora defunto era partícipe, eles expulsam o impacto provocado pelo fantasma do aniquilamento (Rodrigues, 1983) e servem de amálgama para os novos processos que se abrem aos enlutados. O temor que a morte do outro produz é o temor ligado à terminalidade da vida, que acomete quem assiste ao passamento. Ele impacta, pois, força os sobreviventes a pensarem em sua finitude, no que ficará para trás, força a encarar a morte de frente, lidar com a perda (Howarth; Leaman, 2001) e a pensar sobre o que restará de si na memória dos sobreviventes.

Por ser processo, vivo e dinâmico, o ritual de morte se apresenta de maneiras distintas nos agrupamentos sociais que o vivenciam. Pesquisas antropológicas destacam a pluralidade encontrada nos rituais de morte, de enterramentos e vivências do luto em diferentes comunidades. A produção do ritual, o respeito às etapas, o envolvimento dos familiares, dos amigos e dos conhecidos é o ponto alto do processo, que escancara o compromisso dos vivos com os mortos, e o não cumprimento das prescrições de cada cultura pode ocasionar situações não desejadas e prejudiciais ao equilíbrio do grupo e pode acarretar riscos para os vivos (Menezes; Gomes, 2011).

Desta maneira, a seu modo, cada sociedade enlutada prepara seus ritos a fim de honrar memórias, afastar moléstias, atrair bons presságios, boas colheitas, iluminar o caminho do morto, não assumir dívidas ou prejuízos futuros para si, para o morto e para o coletivo. Cada época tem o rito que merece, com a dinâmica que organiza e a adesão possível naquele momento. Podem causar estranhamento ou não oferecer sentido aos que se deparam com as etapas

seguidas, entretanto, estas são apenas o resultado de situações sociais específicas (Segalen, 2002).

Entre os Yanomami, os mortos não devem ser enterrados, mas cremados em uma cerimônia fúnebre que dura cerca de um ano, tempo de cultivo da banana, ingrediente principal na cerimônia funerária. Somente quando o fruto da bananeira está pronto para o corte, é que se organiza o cerimonial de enterramento. Sua finalização se dá após um banquete em que as cinzas do morto são ingeridas juntamente com o mingau da banana plantada na ocasião da morte (Silva; Rodrigues; Aisengart, 2021). Segundo as autoras, a interferência no ciclo ritual acarreta desdobramentos para a coletividade, sendo mais intenso quanto maior o distanciamento do modelo vigente. Portanto, os rituais abreviados ou amputados são vistos com horror entre os povos Yanomami.

Já na cosmogonia dos povos *Bantófores*, trazidos compulsoriamente de diferentes regiões da África para o Brasil como escravizados, estar vivo era possuir energia vital, e quanto mais perto dos antepassados, mais cheio de força vital se está. Morrer longe dos antepassados ou morrer ainda na juventude representava uma morte ruim que dificultaria a entrada deste morto no mundo dos antepassados – responsáveis pela proteção das comunidades diante de doenças e garantia de boas colheitas. Da mesma maneira, se o corpo morto não fosse sepultado dignamente, seguindo os rituais africanos, poderia se tornar um *Muzimo* – aquele que volta e aterroriza a comunidade – um fantasma. Segundo Pereira (2007), o cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro, era o terror dos povos vindos da África, pois ali os corpos eram desrespeitosamente enterrados, sem rituais, e o local sofria com enxurradas que removiam a terra e frequentemente deixavam restos mortais insepultos.

Morria-se duas vezes no Brasil da escravidão, na vida física e na vida espiritual, pois não existe possibilidade – segundo a cosmogonia banto – de se tornar antepassado nas condições ofertadas neste cemitério. “Cometia-se um duplo ato: condenava-os a uma segunda morte e os relegava ao apagamento de sua memória” (Pereira, 2007, p. 179), visto que os corpos eram enterrados coletivamente à flor da terra, com poucos indícios de rituais fúnebres ou pior, quando permaneciam insepultos por dias, à espera da inumação.

Portanto, colocar o corpo morto em um barco e levá-lo até o antigo Cemitério da Lagoa, preparar o mingau com a banana após um ano da morte ou morrer na velhice cercado de descendentes, são processos rituais específicos, culturalmente enraizado nas comunidades praticantes e de extrema importância, que revelam a relação dos agrupamentos sociais com o fim do ciclo da vida. Respeitá-los – todos os rituais produzidos a partir da morte (preparo do corpo, cerimonial, local de enterramento) – é contribuir para o bem-estar do grupo, é preservar a memória, é honrar a existência e a história daquele que se foi. O ritual é um processo indispensável aos que ficaram, são estes que necessitam ritualizar, assim a sua memória também será respeitada e sua morte ritualizada, contribuindo para o fechamento dos ciclos de maneira harmônica e evitando desajustes.

Um cemitério pode morrer?

No ano de 1929, Barra Velha, ainda distrito de Parati, passou por uma mudança muito importante. A partir deste um novo cemitério foi edificado e a forma de enterramento historicamente praticada foi transformada. Dispensando barcos e pescadores, a partir de 1929 o cemitério novo seria acessado com uma curta caminhada. Cinco minutos separavam o novo cemitério da capela católica, construída em 1910, de onde saíam os cortejos após a celebração de corpo presente.

A Cúria Diocesana de Joinville, responsável pelas igrejas e capelas católicas da Região Norte de Santa Catarina, recebeu um pedido oriundo da Freguesia de Parati. O documento produzido na Paróquia Bom Jesus de Paraty em 27 de dezembro de 1929 está assinado por Joaquim Sales, que solicita: “conceder licença para benzer na forma do Ritual Romano um novo cemitério edificado na povoação de Barra Velha⁴”.

⁴ O documento datado de 27 de dezembro de 1929, assinado pelo padre Joaquim Salles da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Paraty (que atualmente é Araquari, de onde Barra Velha se emancipou em 7 de dezembro de 1961) e encaminhado à Cúria Diocesana de Joinville (estrutura administrativa que atualmente auxilia o bispo no governo das 67 paróquias espalhadas por 18 municípios) solicitava a licença para o benzimento na forma do Ritual Romano, de um novo cemitério edificado na povoação de Barra Velha.

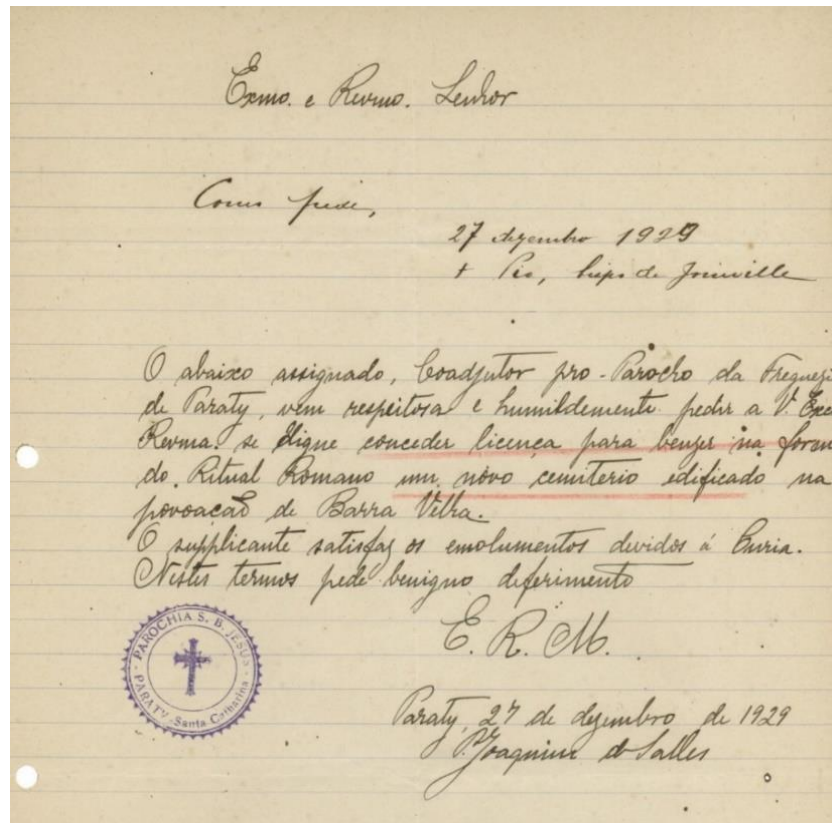


Figura 1. Documento pedindo o benzimento do novo cemitério de Barra Velha. Fonte: Cúria Diocesana de Joinville, (s.d.).

Portanto, na virada para a década de 1930, Barra Velha, já contaria com um novo espaço cemiterial localizado nas proximidades da capela católica, em região central do povoado. Costumeiramente se justificava a transferência da seguinte forma: “devido à má situação do antigo cemitério de Barra Velha foi edificado um novo mais próximo do povoado” (Fagundes, 2014, p.54). Esta explicação passou a ser senso comum entre os moradores do povoado. Entretanto, algumas questões ficaram sem respostas e impulsionaram pesquisadores do local a buscar mais detalhes sobre o evento ocorrido no final da década de 1920.

Um espaço cemiterial é carregado de sentidos, de histórias e de sentimentos, ele abriga os restos mortais de pessoas amadas, cujas histórias e lembranças são cultivadas e repetidas exaustivamente na intenção da perpetuação da imagem daquele sujeito ausente. Então, a partir da inauguração de um novo cemitério em Barra Velha, decisões importantes, que envolviam diversos aspectos, precisaram ser pensadas, discutidas e decididas pelos familiares. Ao optar pela transferência dos restos mortais do antigo Cemitério da Lagoa para o novo cemitério, os parentes precisavam comunicar a decisão e buscar pessoas para realizar o translado, ou, caso contrário, poderiam permanecer visitando e utilizando o antigo local, pois não houve interdição do antigo espaço.

Ao deliberar pela transferência, era preciso estar atento a algo importante. Caso a família decidisse levar o corpo para o novo cemitério, era obrigatória a compra do lote e o pagamento dos serviços de traslado dos restos mortais. Diferentemente da dinâmica empregada no antigo Cemitério da Lagoa, em que a cova/terreno – que não tinha custo – precisava ser aberta por amigos e parentes assim que o cortejo chegasse, a partir de 1930, no novo local, este serviço passou a ser executado por alguém contratado e pago pelo município de Parati⁵.

A cobrança de taxas como os serviços do coveiro e arrendamento de jazigo temporário ou perpétuo foi instituída no novo cemitério localizado nas proximidades da capela católica. Os tributos inauguraram outra perspectiva ao doloroso ritual de morte, a preocupação com os recursos financeiros do falecido. O novo espaço passou a ser objeto de regulamentação municipal, ou seja, tributos⁶ praticados na sede do município – Parati - passaram a vigorar na Freguesia de Barra Velha. Se anteriormente a preocupação era a participação solidária de pescadores, amigos e familiares para possibilitar o acesso do cortejo ao antigo Cemitério da Lagoa, a abertura da cova e o retorno dos enlutados, a partir de agora, a família precisava se organizar para arcar financeiramente com o custo do ritual fúnebre.

Parati estava se adequando aos discursos médicos que demonstravam preocupação com os espaços de enterramento desde o século XIX. O cemitério secularizado era um ideal que deveria ser perseguido e as políticas sanitárias do período recomendavam, dentre muitas medidas, zeladores e a organização espacial do local que, segundo Cymbalista (2002), ao contrário dos cemitérios mais antigos, possui quadras e ruas delimitadas, tendo quase sempre uma estrutura em quadrícula.

⁵ A portaria 21, de 01 de março de 1930, do livro 01, de Decretos e Resoluções de 1926 a 1934 da cidade de Paraty, traz a seguinte redação: “Calixto Pereira Lima, prefeito municipal de Paraty, no uso de suas atribuições(sic) conferidas pelo[...] resolve nomear o cidadão João Antonio de Freitas para o cargo de zelador do cemitério municipal da Freguesia(sic) de Barra Velha, percebendo os ordenados [...] (Paraty, 1930, Portaria 21).

⁶ O decreto número 4, de 28 de novembro de 1929, do livro 01 Decretos e Resoluções de 1926 a 1934, da cidade de Paraty, traz a seguinte redação em seu artigo 12: “Fica o cemitério de Barra Velha sujeito ao regulamento do Cemitério Municipal de Paraty”. Antes da solicitação de benzimento encaminhada pela Paróquia Bom Jesus de Paraty, em 27 de dezembro de 1929, à Diocese de Joinville, o município de Paraty estava trabalhando na organização civil do novo espaço de enterramento (Paraty, 1929, Decreto nº4).

Rodrigues (1983), analisando a sociedade do Rio de Janeiro, destaca que, desde o início do século XIX, surge uma transformação das sensibilidades em relação aos despojos mortais, que é suportada pela concepção da morte medicalizada.

A partir de 1850, há relatos de cemitérios que possuíam zeladores responsáveis por sua gestão. Fochi (2011), que realizou um estudo a respeito do Cemitério Municipal de Joinville, SC, a partir dos escritos de Foucault, salienta que a nova ordem da sociedade disciplinar, do século XVIII em diante, abrangeria uma política de hospitais, de manicômios, de prisões, de escolas, de praças, de cemitérios, entre outros espaços públicos de reunião das populações, um regime que invadiria e vigiaria o comportamento e os costumes nos espaços, intervindo em leis, normas e punições.

A nova sensibilidade diante os mortos se espalha pelo país e a transferência que se materializa em Barra Velha também é sintoma das novas preocupações. Apesar da solicitação do benzimento e proximidade com a capela católica – presença do catolicismo no controle das atitudes diante da morte – a edificação do novo cemitério pode ser entendida como o início de uma secularização da morte em Barra Velha. No novo campo, é o zelador – a serviço da municipalidade – que organiza o espaço, as quadras e realiza a abertura das covas, antes da chegada do funeral, e é o poder público que decide os valores e cobra pelos lotes, ou seja, houve uma preocupação em precificar e controlar a morte, afastando-a de pescadores e pessoas comuns.

Todavia, observando os registros de morte presentes no *site* pesquisado, é possível encontrar problemas de aceitação do novo espaço. Frente as novas regras de controle da morte apresentadas aos moradores de Barra Velha, encontramos ações que desafiam o novo espaço e o discurso que justificava a transferência. Além de precificado, se adotado, interferiria em questões como a morte e os rituais fúnebres vivenciados pelos moradores e entendidos como elementos importantes na perpetuação da memória e história das comunidades. Famílias inteiras estavam enterrados no antigo local, antepassados estavam lá, a história familiar estava lá, as memórias estavam ligadas ao antigo Cemitério da Lagoa.

Embora muitos corpos tenham sido trasladados para o novo cemitério, observou-se que diversas famílias, contrariando os discursos que justificavam a transferência, preferiram manter seus mortos onde estavam e continuaram realizando as cerimônias fúnebres segundo os antigos costumes. Assim, ritualizavam a morte utilizando canoas e contando com o apoio solidário dos pescadores para percorrer os quilômetros que separavam o Centro da Freguesia do antigo espaço cemiterial; continuavam abrindo as covas assim que o funeral chegava e não realizavam qualquer pagamento pelo espaço.

Durante vários anos, eventos como aquele narrado pelo Sr. Hélio Ramos Alvim, se repetiram⁷ comprovando que o discurso do senso comum presente entre os moradores de Barra Velha para explicar a transferência do antigo Cemitério da Lagoa para o novo, localizado próximo à capela católica, pode ser questionado. A transferência não foi uma decisão democrática, não foi aceita por todos, não atendeu a todos os moradores; muito pelo contrário, atendeu apenas um determinado grupo, que tinha condições financeiras para arcar com os custos das novas atitudes diante da morte. E as respostas apareceram, as reações se deram por meio da rejeição ao novo espaço, desprezado por muitas famílias nas décadas que se seguiram ao benzimento e inauguração.

Destacamos dois motivos para que se continuasse a enterrar no antigo Cemitério da Lagoa: o primeiro, o apego ao local onde se encontravam os antepassados – a memória ligada ao espaço sagrado em que descansavam os entes queridos; e o segundo, está relacionado ao não pagamento de taxas de sepultamento. Portanto, apesar da inexistência de registros acerca de resistência na adoção do novo espaço, apesar do senso comum apresentar um discurso harmônico, a ação dos moradores nos aponta para outra direção. Percebemos um mal-estar em relação ao novo cemitério, pois, apesar de se enquadrar nos discursos higienistas e sanitários do Brasil moderno, não se enquadrava no entendimento da comunidade de lugar de memória, lugar de pertencimento e de acolhimento.

Se o novo espaço foi inaugurado em 1929, pode-se concluir por meio de pesquisas que os dois cemitérios foram utilizados simultaneamente. Registros

⁷ Em pesquisa realizada no site FamilySearch.org, observamos uma conexão entre as memórias do Sr. Ramos Alvim e as informações registradas em livros de óbito da região. Alvim descreve um enterro no antigo cemitério em 1938 e pelos registros encontrados no site, nos deparamos com enterramentos ocorrendo no Antigo Cemitério da Lagoa nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

de óbito revelam enterros ocorridos às margens da Lagoa até a década de 1950 e memórias dos antigos pescadores do município obtidas por meio de entrevistas realizadas para a produção de dissertação⁸ sobre o tema, apontam que até a década de 1980 ainda era possível encontrar vestígios do antigo Cemitério da Lagoa. Pedacos de cruzeiros, cacos de azulejos, resquícios de túmulos podiam ser avistados ou encontrados com facilidade ao cavar o local. O acesso ao cemitério se tornou mais fácil a partir do desenvolvimento urbano de Barra Velha.

A partir dos anos 1980 o acesso ao antigo Cemitério da Lagoa já podia ser feito pelas novas estradas que estavam sendo abertas. Os agentes públicos promoveram ações visando oferecer Barra Velha aos turistas, apresentando-a como local ideal de descanso e lazer na estação mais quente do ano. O plano era melhorar a infraestrutura de bairros, abrir estradas, investir na beira mar, na lagoa e assim atrair investimentos ao município. Mas, no meio do caminho tinha um cemitério.

Cidade litorânea, Barra Velha, inicia o seu desenvolvimento à beira-mar e às margens da lagoa nas décadas seguintes à sua emancipação política-administrativa ocorrida em 1961. A região em que se encontrava o antigo Cemitério da Lagoa foi chamada de Quinta dos Açorianos e recebeu infraestrutura para a idealização de centenas de lotes, visando atrair investimentos, novos moradores, veranistas e, conseqüentemente, tributos. Os primeiros prefeitos eleitos no novo município se preocupavam com as condições da praia, que frequentemente sofria com as ressacas, e em oferecer opções de lazer para os turistas.

Embasados em ideias médicas, as elites europeias deslocavam-se até as áreas litorâneas em busca do mar, sol e ar puro para tratar sua melancolia. Christoffoli (2000) destaca que, por volta de 1840, têm início os pensamentos voltados à praia moderna e à massificação do seu uso, que se espalham e chamam a atenção para cidades localizadas na faixa litorânea, alterando aos poucos e de maneira irreversível a maneira como era entendido o litoral.

⁸ Dissertação intitulada “Um patrimônio cultural em conflito: memórias, morte e transferência do cemitério da lagoa em Barra Velha” defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, apresenta maiores informações e o resultado de entrevistas realizadas com antigos moradores sobre o tema. Para maiores informações ver: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html?action=readFile&file=SOUZ A_Angelita_Borba_de.pdf¤t=/Resumos das_Dissertacoes/2016

Cresceu o interesse pela região litorânea e as areias da praia e terras a beira mar que apenas atraíam pescadores e suas famílias, ganharam importância tornando-se objeto de planejamento urbano e especulação imobiliária. Espaços pensados para abrigar edifícios, restaurantes, lojas e casas de praia produziram gradativamente a supervalorização litorânea observada atualmente.

Em Barra Velha, o projeto de loteamento Quinta dos Açorianos⁹ exige infraestrutura¹⁰ e começa a ser divulgado por meio de comerciais televisivos e em jornais¹¹, entrega de folhetos em imobiliárias e plantão de vendas no local. O empreendimento movimentou a cidade, trazendo uma atmosfera de desenvolvimento e expectativa, atraindo visitantes e compradores que impulsionaram (não com a rapidez desejada) o crescimento do loteamento. A Empreitur, responsável pelas vendas, endividou-se e fechou suas portas, repassando para a Irineu Imóveis os lotes não comercializados.

Paralelamente, visando melhorar a faixa de areia da Praia Central e atrair mais turistas para a cidade, a Prefeitura de Barra Velha, já no final da década de 1980, se empenhou em um grande projeto que visava retirar a areia do fundo da lagoa e transferi-la à Praia Central por meio de canos gigantes ligados a uma draga. A draga se movimentava pelos 6 quilômetros de lagoa – do Centro da cidade até encontrar o rio Itapocu e o mar – retirando areia e armazenando-a até impulsionar o material pelos canos para a praia. Entretanto, a areia não é o primeiro material depositado no fundo da lagoa, ela se encontra embaixo de uma camada de lodo, e este não pode ser lançado na Praia Central. Então, o

⁹ O empreendimento movimentou a cidade na década de 1980, a extinta Imobiliária Barra Velha localizava-se na Av. Governador Celso Ramos (rua de acesso à Praia Central), contava com corretores na sede e no loteamento. A Incorporadora Empreitur, responsável pelo empreendimento, possuía carros identificados que circulavam pela cidade, levando interessados ao loteamento e investia em reportagens nos jornais da região que destacavam o potencial turístico do município objetivando atrair clientes.

¹⁰ O Jornal Gazeta do Vale traz, em 22/01/1982, extensa reportagem sobre Barra Velha e termina com a seguinte informação: “Surge a Nova Barra Velha – Quinta dos Açorianos – 2.500 lotes com um projeto urbanístico sensacional. Rede elétrica, hidráulica, passeio de barco gratuito, oferecido pela Quinta dos Açorianos e Secretaria de Turismo do Município. Ponte para pedestre sobre a lagoa, ligando o loteamento ao mar, que fica a 100 metros”. (Jornal Gazeta do Vale. Gaspar/Blumenau 22 de janeiro de 1982).

¹¹ Destacamos a nota publicada no Jornal Hora H, de Joinville, em fevereiro de 1982, intitulado “Um bom local: Um local que já começa despertar interesse em Barra Velha é a Quinta dos Açorianos, um lugar aprazível que no ano que vem vai atrair muitos turistas. O empreendimento é da Incorporadora Empreitur e lançamento da Barra Velha Imobiliária. No futuro quem quiser transar um local alegre, saudável e tranquilo, é transar desde já uma área no final da Lagoa de Barra Velha” (Jornal Hora H. Joinville Santa Catarina de 13 a 19 de fevereiro de 1982. Ano III, n. 104.)

projeto previa a retirada da camada de lodo, o seu depósito às margens da lagoa e, na sequência, a retirada da areia limpa do fundo da lagoa que seria lançada na praia.

Foi exatamente neste momento histórico que ocorreu o desaparecimento total do antigo Cemitério da Lagoa de Barra Velha, quando, por iniciativa da Prefeitura, o lodo que não servia para aumentar a faixa da praia serviu para aterrar o que restava dos resquícios visuais do cemitério. A parceria entre imobiliárias e poder público visando atrair turistas, focou no bem-estar dos vivos e enterrou pela segunda vez os mortos.

A potência que emerge da dor

Nos cemitérios, o culto à memória do morto fortaleceu-se e materializou-se na arquitetura dos túmulos, que passaram a receber atenção especial de familiares por meio do depósito de flores, velas, orações e visitas. Preocupados em destacar a passagem e os feitos do falecido na sociedade, os sobreviventes esforçavam-se em celebrar sua memória em túmulos com sofisticados materiais, emocionadas mensagens, majestosas esculturas e fotografias do falecido em momentos felizes.

Parte-se do campo simbólico, abstrato, mental que se constitui como memória e materializa-se no físico – o cemitério com suas sepulturas, jazigos, cruzes e mausoléus. O local em que o corpo morto é depositado constitui-se uma sobreposição de significantes (cadáver vestido, caixão, pedra tumular, epitáfio) que induz metaforicamente à aceitação da perda. O túmulo articula dois níveis diferenciados: o visível e o invisível – dando origem ao que Catroga (2010) define como a “poética da ausência”, ou seja, ele não permite que se enxergue o corpo, mas essa ausência é compensada pela presença da sepultura, entendida como lugar de homenagens, condutora de lembranças e memórias felizes e, assim, se negocia com a finitude. O símbolo funerário auxilia a reverter a ausência em presença e assim, o cemitério passa, segundo Dillmann (2013), a ser uma referência importante no mundo dos vivos, local a ser visitado, valorizado e protegido, pois é portador de referência para os grupos que o produziram e seus descendentes.

Em Barra Velha, optou-se por fortalecer o turismo em detrimento do patrimônio cultural produzido pelos habitantes locais. Em nome do enobrecimento turístico do local, optou-se pelo apagamento das memórias dos primeiros rituais fúnebres, dos primeiros cortejos realizados pelos moradores da Freguesia, de

histórias de sofrimento vividas pelas populações atingidas por surtos e doenças graves como a Câmara de Sangue e das histórias fantásticas vividas pelos pescadores que se aventuravam em lançar suas redes nas proximidades do cemitério. Memórias basilares da história de Barra Velha pelo viés do patrimônio cultural funerário foram consideradas dissonantes e passíveis de descarte.

O patrimônio cultural funerário, pode ser definido como o conjunto de bens materiais e imateriais encontrados em locais de sepultamentos, os acervos diversos, os cemitérios e demais espaços e práticas relacionadas com a morte. Também incorpora, além desses, os lugares, as atividades e os rituais, como, por exemplo, os costumes de preparação do corpo e de velórios, tipos de cortejos e as celebrações pela passagem de datas, acervos pessoais e de empresas do ramo funerário (Castro, 2020, p. 145)

Portanto, o poder público e interesses imobiliários ignoraram o rico patrimônio cultural funerário de Barra Velha e elegeram outra história para contar, deixando inúmeros acontecimentos de fora da narrativa. Em um ato criminoso, o antigo Cemitério da Lagoa foi aterrado sem alardes e sem anúncios já no final da década de 1980 por iniciativa da Prefeitura Municipal (Fagundes, 2014).

A draga contratada pela Prefeitura de Barra Velha para retirar a areia do fundo da lagoa e ampliar a faixa de areia da praia central, depositou o lodo justamente sobre o que restava do antigo Cemitério da Lagoa, que, fragilizado diante da vegetação que já crescia e cobria vestígios dos sepultamentos, não resistiu e desapareceu. O bairro Quinta dos Açorianos estava se preparando para oferecer descanso e lazer, vender experiências memoráveis de diversão à beira da lagoa e mar, e os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural funerário de Barra Velha não foram inclusos neste pacote.

Espaços cemiteriais são ligados a memórias difíceis e trazem à tona passados traumáticos (Meneguello; Borges, 2018). Cemitérios são lugares que materializam a saudade, mas também a revolta e a busca por justiça. Portadores de referências difíceis, os cemitérios localizados em lugares indesejados, portadores de histórias de abandono, provas da violência ou do desrespeito aos direitos humanos, símbolos da vulnerabilidade humana diante de epidemias, pandemias ou surtos, são frequentemente destruídos, desmanchados, transferidos, aterrados e abandonados¹² pois materializam aquilo que se quer esconder.

¹² A esse respeito citamos Reis (1991); Castro (2008) e Fodra (2025). Fodra (2025) realiza um acompanhamento histórico sobre o desenvolvimento da cidade de Manaus e sua relação com a trajetória de dois cemitérios periféricos. A autora destacou que a

Patrimônios difíceis ou sombrios cumprem uma função essencial na manutenção dos direitos humanos, permanecendo como uma lembrança incômoda do passado; dão voz a minorias perseguidas, evitando o apagamento de suas experiências; e redimensionam o próprio conceito de patrimônio como a preservação do belo e do bom. Numa sociedade em que a relação individual com a morte é cada vez mais distante e asséptica, tais patrimônios devolvem a interação com a finitude e a crueldade, requalificando o sofrimento como um acontecimento histórico capaz de suscitar novos arranjos sociais (Meneguello, 2020, p. 247).

O antigo Cemitério da Lagoa se encaixa no conceito de patrimônio difícil ou sombrio em muitos sentidos, pois recebeu em seu território corpos abatidos pela doença e o abandono público, abrigou no século XX os corpos de pessoas sem condições financeiras de arcar os custos de uma cova ou do serviço de um coveiro; era o espaço em que o saber do pescador era indispensável, era o ponto final de rituais fúnebres complexos e inigualáveis pelas águas da lagoa, sofreu com a especulação imobiliária e os novos conceitos de saúde idealizados ao longo do século XX e foi finalmente aterrado na tentativa infrutífera de fazê-lo desaparecer.

Contrariamente, ao que se pode imaginar, foi a partir do enterramento, desaparecimento e ausência, que a sua presença se fortaleceu no cenário municipal/regional. A reflexão acerca deste patrimônio cultural se ampliou mesmo sem a sua materialidade, sem as suas ruínas ou testemunhas dos rituais fúnebres realizados na lagoa. O blog¹³ “Descortinando Histórias” traz memórias sobre os enterros realizados às margens da lagoa; trabalhos de conclusão de curso e dissertação de mestrado apresentados na Univali (2002) e Univille (2016) respectivamente abordam o antigo Cemitério da Lagoa; o livro “Compêndios” Fragmentos para a História de Barra Velha (2014), aborda os cemitérios da cidade ao longo da história; antologias publicadas no município também apresentam memórias sobre o local; a coluna “Esquinas da História”

dinâmica do crescimento urbano local impulsionou a cidade para transformações radicais e de curta duração. A cada nova onda de prosperidade econômica, ocorria um surto ligado à execução de grandes projetos de urbanização buscando a superação de um passado considerado problemático. Assim como o cemitério de Barra Velha, os cemitérios periféricos de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes em Manaus foram impactados por decisões de agentes públicos interessados em preparar a cidade para os novos tempos de prosperidade e desenvolvimento econômico.

¹³ Projeto idealizado pelo historiador Juliano Bernardes realiza entrevistas com antigos moradores de Barra Velha e região. As memórias individuais e familiares que emergem destas conversas se conectam a história e trajetórias conhecidas da localidade. Destacamos as memórias do pescador Silvino Floriano da Costa que relatou ser responsável pela abertura de diversas covas no Antigo Cemitério da Lagoa. Para maiores informações: <https://julianobernardes.blogspot.com/2013/04/projeto-descortinando-historias-silvino.html>

do extinto jornal “Voz do Itapocu” ofereceu histórias sobre o local; e finalmente reportagens em jornais da região que noticiaram reuniões de associações barra-velhenses, Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUNDEMA) e membros do IPHAN demonstram uma movimentação ao longo dos últimos 20 anos em busca das memórias e histórias deste local. O movimento demonstra que o lodo não venceu, que as memórias teimaram como flores que nascem no meio do asfalto, como uma flor-de-lótus que insiste em meio ao lodo e renasce.

Assim, os patrimônios difíceis são patrimônios que frequentemente teimam em reaparecer, exigindo seu espaço nas discussões e seu reconhecimento como partícipe dos caminhos e descaminhos percorridos pelos agrupamentos humanos. São patrimônios que se inscrevem em memórias dolorosas que ousam deixar marcas nos lugares que habitou, sinalizando que não aceitam a indiferença. São como a erva daninha, que diante de uma pequena oportunidade, brecha, desvio, se espalha, garantindo visibilidade.

É diante das tentativas de apagamento da história de grupos vulneráveis e territorializados, que os patrimônios difíceis se mostram resilientes e potentes. Sinalizadores de memórias dolorosas, eles ressurgem e promovem o debate o deslocamento de certezas, o questionamento de narrativas sedimentadas em discursos oficiais e convocam o público para a reflexão (Batista, 2018). Ampliar o debate público é uma função social do patrimônio, que deve ser mobilizado de modo a promover a escuta e a sensibilização diante de vozes dissonantes, contribuindo para a disseminação de discussões profundas e difíceis, porém indispensáveis, no caminho da reparação — no sentido mais amplo do termo.

O Cemitério dos Pretos Novos do Rio de Janeiro, encontrado acidentalmente em 1996, é um exemplo de patrimônio difícil que convoca o público a reflexão. Surgiu e exigiu seu espaço no debate nacional, acionando arqueólogos, historiadores, e outros especialistas, que debruçaram-se em registros de entrada de escravizados, registros de óbito, plantas da cidade e da área portuária, cruzando os dados para entender a dinâmica do cemitério e assim planejar/propor encaminhamentos. Cada vez que o chão era quebrado, quando os ossos surgiam misturados com a terra removida, cada vez que a pá fendia o solo (Pereira, 2007), uma parte traumática da história do Rio de Janeiro Colonial surgia. Não eram apenas ossos misturados à terra, eram seres

humanos cujos corpos foram descartados sem o menor sinal de ritual e que exigiam reparação histórica, que teimavam em não desaparecer.

Entende-se que, em Barra Velha, o problema relacionado ao desaparecimento do cemitério segue na mesma direção do problema do Rio de Janeiro. Em ambos os lugares, os rituais foram desrespeitados, os corpos foram vilipendiados, as histórias das duas comunidades foram violentadas, os espaços sofreram tentativas de apagamento e por caminhos diferentes retornam convocando o público ao debate e à reflexão. No caso do Cemitério dos Pretos Novos, sua descoberta provocou diversos movimentos, como o questionamento das narrativas cristalizadas e exigiu estratégias de reparação àquele espaço e à história/memória daqueles que ali estavam. Em Barra Velha, seguimos refletindo acerca dos vestígios que resistem à ação do tempo e no rastro daquilo que os vestígios nos apontam também questionando as narrativas cristalizadas sobre a transferência e o abandono do antigo Cemitério da Lagoa.

Considerações finais

Barra Velha, cidade do Litoral Norte catarinense, oferece praias com águas calmas e areia branca para as famílias, outras mais selvagens com ondas perfeitas para os surfistas, a lagoa para a prática de esportes náuticos e pontos turísticos que revelam aspectos sobre a história do lugar (Morro do Cristo, Porto dos Pescadores, Boca da Barra). Como é possível supor, os esforços dos empreendedores e gestores públicos dos anos 1980 e 1990 já surtem efeito e hoje são colhidos os frutos do trabalho daqueles homens que se empenharam em reenquadrar a antiga vila de pescadores às novas funções. A especulação imobiliária e a litoralização produziram novos desejos ligados ao mar, à praia, à lagoa que passaram a operar na chave do consumo, como objeto de posse e de lazer.

Neste reenquadramento da paisagem litorânea, não houve espaço para o antigo Cemitério da Lagoa, ele não atendia aos novos anseios e interesses comerciais operados a partir de então. Para atender aos desejos de banhistas que buscavam diversão nas areias da praia, foi implementado um projeto de alargamento da faixa de areia da praia central. O lodo surgiu e foi lançado aos mortos, enterrando-os pela segunda vez, ao mesmo tempo em que a Praia Central enobreceu, convidando o turista a pisar na areia macia. Entretanto, da mesma maneira que no passado a transferência do antigo campo-santo não foi

suficiente para impedir que famílias continuassem enterrando seus mortos no local, também o lodo não foi capaz de sufocá-lo e ele ressurgiu em dissertações, artigos, livros, jornais e memórias.

Por ligações afetivas, por motivos financeiros — ou por ambos —, o antigo Cemitério da Lagoa foi reconhecido como um lugar de pertencimento para famílias barra-velhenses que se recusaram a abandoná-lo. O novo cemitério, inaugurado em 1929, diferentemente do que nos indica o senso comum, não foi unanimidade e acabou sendo rejeitado por diversas famílias ao longo de décadas. Observando os registros de óbitos das décadas de 1930, 1940 e 1950, encontramos informações de sepultamentos no Cemitério da Lagoa, o que reforça nossa hipótese de que a transferência atendeu apenas aos anseios de alguns.

E o antigo Cemitério da Lagoa de Barra Velha, entendido como um patrimônio cultural funerário portador de referências e memórias dolorosas, assim como o Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro, se enquadram na perspectiva do patrimônio difícil, porque estão associados ao sofrimento, à violência e à exceção. Chamá-los ao debate, mesmo contra a vontade do poder público, é descortinar camadas que ficaram sob o lodo, é dar espaço para que a flor-de-lótus apareça e nos surpreenda com sua beleza e sua potência. “A memória da dor assume uma dimensão ampla de conhecimento, convidando à perplexidade e à empatia: a dor de um é a dor de todos” (Meneguello, 2020, p. 246). A partir da indispensável escuta e estudos sobre os direitos humanos presentes nos cemitérios abandonados, invisibilizados, soterrados por diferentes motivos, surge a necessidade da reparação que chega por diferentes caminhos, mas principalmente, demonstrará que um cemitério não é um lugar de descarte de corpos.

REFERÊNCIAS

A REGENERAÇÃO, Anno X, n. 946 de 03/03/1878. Disponível em: hemeroteca-pdf.bn.gov.br/709603/per709603_1878_00946.pdf Acesso em 04 de maio de 2025.

A REGENERAÇÃO, Anno X, n. 964 de 09/05/1878. Disponível em: hemeroteca-pdf.bn.gov.br/709603/per709603_1878_00964.pdf Acesso em 04 de maio de 2025.

ALVIM, Hélio Ramos. *O cortejo fúnebre*. Tribuna da Cidade, Barra Velha, 2 maio 1997, p. 10.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: Da idade média até nossos dias*. Tradução Priscila Viana de Siqueira. Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BATISTA, Gabriela Lopes. Patrimônios difíceis, demanda social e reparação nos Asilos Colônias em São Paulo. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, [S.l.], n. 32, 2018/02.

BOER, Peter. *Barra Velha através dos tempos*. Edição independente. Barra Velha, 1992.

BORGES, Viviane T. A patrimonialização e suas contradições: patrimônio prisional na França tempo presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p.213-240, dez. 2018. Disponível em: <https://scispace.com/papers/a-patrimonializacao-e-suas-contradicoes-o-patrimonio-1at5avobsa> . Acesso em: 02 maio 2025.

CASTRO, Elisiana Trilha. *Aqui jaz um cemitério: a transferência do Cemitério Público de Florianópolis, 1923-1926*. 2004. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2004.

CASTRO, Elisiana Trilha. *O patrimônio cultural funerário catarinense*. Florianópolis: FCC, 2017.

CASTRO, Elisiana Trilha. O patrimônio cultural funerário. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.) *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 145-150.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan./jun. 2010.

CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo. *Cabeçudas 1910 – 1930: a praia como padrão de conduta social*. 2000. 123 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Itajaí/SC, 2000.

CYMBALISTA, Renato. *Cidade de vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

DILLMANN, Mauro. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: A irmandade e o cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. Porto Alegre. 2013. 300 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2013.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FAMILYSEARCH. *Óbitos paroquiais: Nossa Senhora da Penha. Óbitos paroquiais 1791–1837*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3S9-SWD6?view=index&cc=2177296&lang=pt&groupId=M9S4-8PS>. Acesso em: 25 maio 2025.

FAGUNDES, José Carlos. *Compêndios: fragmentos para a história de Barra Velha*. São Paulo: Scortecci, 2014.

FOCHI, Graciela Márcia. *Morte, cemitérios e jazigos: Um estudo do cemitério municipal de Joinville/SC*. 2011. 181 f. Dissertação. (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville (UNIVILE), Joinville, 2011.

FODRA, Aracelli Cristiane da Cruz. *Nesta sobrevida ainda existe uma respiração: Manaus e os cemitérios periféricos de Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora da Conceição das Lajes*. 2025. 214f. Dissertação. (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2025.

GAZETA DE JOINVILLE, Anno 1, n. 26 de 26/03/1878. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=711608&pagfis=101>. Acesso em 04 de maio 2025.

GONÇALVES, Antônio Custódio. Rituais tradicionais de solidariedade: religião e tensões entre finitude e infinitude. In: RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÔNIA, Amélia (org). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Uni. Do Porto, 2001. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2855.pdf> . Acesso em: 05 maio 2025.

HOWARTH, Glennys; LEAMAN, Oliver (ed.). *Encyclopedia of death and dying*. Londres: Routledge, 2001.

JORNAL GAZETA DO VALE. Gaspar/Blumenau 22 de janeiro de 1982. n.1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=894826&pesq=&pagfis=1191>. Acesso em 25 de maio de 2025.

JORNAL HORA H. Joinville Santa Catarina de 13 a 19 de fevereiro de 1982. Ano III, nº104. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=890480&pesq=hora%20h&hf=hemeroteca.ciasc.sc.gov.br&pagfis=1589>. Acesso em: 26 de maio 2025.

MENEZES, Rachel Aisengart; GOMES, Edlaine de Campos. Seu funeral, sua escolha: rituais fúnebres na contemporaneidade. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 89-132, jan. jun, 2011.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônios difíceis (sombrios). In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 245-248.

MENEGUELLO, Cristina; BORGES, Viviane. Patrimônio, memória e reparação: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo, *Unesp*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 345-374, julho-dezembro, 2018.

PARATY. *Livro de Decretos e Resoluções de Parati*. Determinações do período compreendido entre 1926 e 1934.

PEREIRA, Carlos da Costa. *História de São Francisco do Sul*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramond: IPHAN, 2007.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLIN, Heloisa M. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SEGALEN, Martine. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SILVA, Adriana Vicente da; RODRIGUES, Claudia; AISENGART, Rachel. Morte, ritos fúnebres e luto na pandemia de Covid-19 no Brasil. *Revista Nupem*, Campo Mourão, v. 13, n. 30 p. 214-234, 2021.

SOUZA, Angelita B. *Um patrimônio cultural em conflito: memórias, morte e transferência do cemitério da lagoa em Barra Velha*. Joinville: Univille, 2016. Disponível em:

https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html?action=readFile&file=SOUZA_Angelita_Borba_de.pdf¤t=/Resumos_das_Dissertacoes/2016 Acesso em: 05 maio 2025.

SOUZA JUNIOR, Laércio de Araújo. *Um luctuoso theatro de dor e desesperação: emoções fúnebres na Parahyba do Norte diante da epidemia de cólera-morbo (1854-1858)*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2024.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 2013.

Angelita Borba de Souza: é mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade e doutoranda pelo mesmo Programa da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). É membra do Grupo de Estudos Cidade Cultura e Diferença (GPCCD), liderado pela professora Dra. Ilanil Coelho. Professora da Rede Pública Estadual de Ensino de Santa Catarina, leciona a disciplina de História para alunos do Ensino Médio em Barra Velha/SC.

Ilanil Coelho: é Vice-Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Pós-Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Texto recebido em: 01/07/2025

Texto aprovado em: 15/12/2025